



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

RETROSPECTIVA 2024



Um ano de lutas, mobilizações,
e importantes avanços em defesa
de direitos e da Educação Pública

Para o ANDES-SN, o ano de 2024 começou no dia 02 de janeiro, quando docentes da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) deflagraram greve apesar da repressiva ação movida pelo governo de Rafael Fonteles (PT), quem tentou criminalizar o direito de lutar. A greve do Piauí mostrou os desafios que enfrentaremos ao longo do ano. De um lado, ataques de governos e reitorias contra salários, condições de trabalho, carreira única estruturada, aposentadoria e o próprio direito de lutar. Por outro, houve a disposição de luta e resistência do movimento docente, o qual, mesmo em uma conjuntura desfavorável, conseguiu impedir a retirada de direitos e arrancar conquistas.

Infelizmente, estamos terminando o ano enfrentando o prenúncio de novos ataques. Estamos vendo a retomada da contrarreforma Administrativa e a aprovação de um pacote de ajuste fiscal que ataca a classe trabalhadora. Além disso, o Ministério Público Federal (MPF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR), no apagar das luzes, notificaram o ANDES-SN, a Fasubra e o Sinasefe para apurar supostos “abusos” e “ilegalidades” cometidos pelas entidades que protagonizaram a greve da educação federal de 2024. O fato da federação fantoche, que atua como braço sindical do governo federal, ter sido poupada indica que a entidade cartorial só existe porque cumpre a função de sabotar a luta do movimento docente nacional.

Este InformANDES apresenta uma retrospectiva da atuação do ANDES-SN ao longo de 2024. Relembramos eventos, campanhas e lutas realizadas por nosso sindicato. Lutas de instituições federais, estaduais, municipais e distrital por salários, condições de trabalho, carreira e em defesa do projeto de educação pública e gratuita, que marcam a história deste sindicato. Lutas que associam o movimento docente à classe trabalhadora que, hoje, enfrenta, de um lado, a extrema direita e seus ataques contra liberdades democráticas e direitos sociais historicamente conquistados e, por outro, os governos de colaboração de classes que fazem crescentes concessões ao projeto do capital para a educação.

Este ano também foi importante para avançarmos na defesa da carreira docente. Em primeiro lugar, porque as pautas de reivindicações das greves realizadas neste ano tratavam sobre temas de carreira. Em segundo lugar, porque o ANDES-SN avançou no enraizamento de seus acúmulos históricos sobre carreira docente, durante o processo de debates que antecedeu a realização do 15º Conad Extraordinário, o qual atualizou o projeto de carreira docente defendido por nosso Sindicato Nacional. Durante o 15º Conad Extraordinário tomamos decisões importantes, como seguir lutando pela carreira única e aprofundar nossos laços com trabalhadoras e trabalhadores da educação, ao adotarmos o piso salarial do Magistério Público da Educação Básica

como referência para nossos salários.

Também foi um ano em que demos passos decisivos no combate às opressões. É preciso destacar os avanços da campanha “Sou Docente Antirracista”, a qual vem contribuindo para difundir o debate sobre o combate ao racismo nas seções sindicais. Esta é uma expressão dos diversos avanços e acúmulos do ANDES-SN nos últimos anos.

Finalmente, é preciso reconhecer que as lutas de 2024 encontraram grandes desafios, em especial o processo de precarização dos serviços públicos e retiradas de trabalho. Nossos enfrentamentos com reitorias e governos mostraram que precisamos avançar no processo de reorganização da classe trabalhadora. Buscamos, sempre que possível, unidade na ação para defender direitos, inclusive o direito de lutar, e fazer avançar o processo de reorganização da classe trabalhadora. Com a realização do III Congresso Mundial Contra o Neoliberalismo na Educação buscamos avançar, inclusive, no processo de articulação internacional de entidades classistas, que lutam por educação pública e gratuita e contra o projeto do capital para a educação.

Em 2025, seguiremos lutando por salários e direitos, contra a precarização de nossas condições de trabalho e contra a ameaça neofascista que, infelizmente, tem nas políticas de ajuste fiscal um de seus combustíveis. Sabemos que a única maneira de derrotar a extrema direita é com organização e luta. Por isso, o ANDES-SN seguirá em luta!

ANDES-SN

Em Luta!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Fernando Lacerda Júnior

Editor-Chefe: Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Renata Maffezoli

Diagramação, revisão e arte final: Silas William Vieira // Fotos: Eline Luz/ANDES-SN

Campanhas ampliaram alcance de pautas da categoria docente em 2024

O ano de 2024 foi marcado pelo lançamento de diversas campanhas, deliberações da categoria, que fortaleceram a luta do ANDES-SN em diversas frentes. Além de atos, manifestações e debates, foram produzidos artes e vídeos para redes sociais, adesivos, camisetas, matérias temáticas, cartilhas, entre outros conteúdos que deram suporte à divulgação das pautas do Sindicato Nacional.

Sou docente antirracista

Uma deliberação do 42º Congresso do ANDES-SN, a campanha “Sou Docente Antirracista” ganhou as redes sociais, as universidades públicas, institutos federais e Cefets em julho deste ano. O Armazém do Campo do MST, em Belo Horizonte (MG), foi o espaço escolhido para apresentar a campanha para a categoria, às vésperas do 67º Conad.

Docentes da diretoria e da base do ANDES-SN, participantes do Conad, e, ainda, frequentadores e frequentadoras do espaço

acompanharam a atividade de lançamento, que também celebrou o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha e o Dia Nacional de Tereza de Benguela, ambos comemorados em 25 de julho.

A campanha tem por objetivo conscientizar as comunidades das universidades públicas, institutos federais e cefets sobre a necessidade da luta antirracista e, ainda, do combate ao racismo nas instituições de ensino. A ação é fruto do processo de reflexão da categoria e também de várias construções que vêm sendo feitas há mais de uma década, desde o momento em que o ANDES-SN aprovou, em suas instâncias deliberativas, a luta em defesa das cotas raciais nas instituições de ensino públicas.

Além de bottons, pulseiras, camisetas, adesivos, faixas e cartazes foram lançados vídeos e cards nas redes sociais e produzidas matérias com temas relacionados à campanha. As seções sindicais e as secretarias regionais organizaram lançamentos e atos denunciando o racismo nas instituições. Um

documentário está previsto para ser lançado no 43º Congresso do ANDES-SN, que ocorrerá em janeiro de 2025. A campanha também incluiu a publicação, através da parceria do Sindicato Nacional com a editora Expressão Popular, do livro “Quilombos – resistência ao escravismo”, de Clovis Moura e, em 2025, será lançada uma coletânea de textos do histórico ativista Kwame Nkrumah.

Outra ação importante para a divulgação da campanha “Sou Docente Antirracista” foi a participação do ANDES-SN no XIII Congresso Brasileiro de Pesquisadoras Negras e Pesquisadores Negros (Copene). A mesa-redonda do Sindicato Nacional teve como tema “A necessidade de políticas sindicais antirracistas: as contribuições do ANDES-SN na luta por reparação e ações afirmativas”.

Durante o mês de novembro, foram lançados vídeos e materiais gráficos para marcar a luta do povo negro e as datas celebradas no mês: 20 - Dia da Consciência Negra; e 22 - Dia de Luta contra o Racismo



nas Universidades, IFs e Cefets. Entre os materiais de audiovisual, foi divulgado um vídeo que destaca luta de militantes negras e negros contra a ditadura empresarial-militar brasileira.

Funpresp: garantia de incertezas

A campanha “Funpresp: garantia de incertezas” foi lançada durante o 15º Conad Extraordinário do ANDES-SN, realizado em outubro na Universidade de Brasília (UnB). Resultado da deliberação do 67º Conad, a campanha tem como objetivo reforçar a defesa da aposentadoria integral, com paridade, além de lutar pelo fim da contribuição previdenciária para aposentadas, aposentados e pensionistas. Organizada pelo Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA), também denuncia os perigos associados à adesão ao Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos da União (Funpresp).

Assista ao vídeo da luta de militantes negras e negros contra a ditadura empresarial-militar:



Além de material impresso, que aborda a aposentadoria como um direito fundamental da classe trabalhadora conquistado por meio de lutas históricas e destaca os riscos impostos pelos fundos de pensão, também foram elaborados materiais de audiovisual, matérias jornalísticas, camisetas, adesivos para ampliar o alcance da ação. Uma série de vídeos com a professora Sara Granemann, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, explicam também as armadilhas dos fundos de pensão para servidores de estados, municípios e União, e a importância da luta em defesa da Previdência Social.

Está ainda em produção uma cartilha com histórico da luta contra o Funpresp, as incertezas em relação aos benefícios oferecidos pelo fundo e os riscos do mercado que afetam diretamente as futuras e os futuros aposentados será divulgada até o 43º Congresso.

Lutar não é crime

Em defesa do direito de greve e contra a criminalização das lutas da categoria docente, o ANDES-SN lançou a campanha “Lutar não é crime”. A ação também foi deliberada durante o 67º Conad e responde a necessidade de enfrentamento dos processos de criminalização, assédio e perseguições às seções sindicais, dirigentes sindicais e docentes, especialmente em decorrência de movimentos grevistas, como também perseguições no âmbito das instituições, por meio de processos administrativos in-

Assista aos vídeos com a professora Sara Granemann:



devidos, ou por parte da extrema direita, na esteira da ideologia do movimento “Escola sem Partido”.

No primeiro semestre de 2024, docentes em diversas universidades sofreram processos de criminalização. Foi o caso dos professores e professoras da Universidade Estadual do Piauí, que iniciaram o ano em greve e tiveram seus salários cortados por dois meses pelo governo Rafael Fonteles (PT).

Já na Universidade Estadual do Ceará (Uece), da Universidade Regional do Cariri (Urca) e da Universidade Vale do Acaraú (UVA), outras formas de violência institucional e criminalização se deram. Antes mesmo das greves serem iniciadas, o governo Elmano de Freitas (PT) entrou com pedido de suspensão na Justiça, estabelecendo cobrança de multas às seções sindicais e processou dirigentes sindicais. Além disso, pediu a ilegalidade da greve da UVA.

Em março deste ano, após muita luta e muita pressão, a professora Jacyara Paiva conseguiu reverter o processo de exone-





ração da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). A docente, diretora do ANDES-SN, contou com o apoio possibilitado pela campanha "Jacy Fica!" impulsionada pelo Sindicato Nacional em articulação com a Associação de Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (Adufes Seção Sindical) e em diálogo com o movimento negro, a comunidade acadêmica e demais movimentos sindicais e sociais.

Em novembro, o Ministério Público Federal (MPF) arquivou o inquérito policial que investigava o professor Marcio Silva, diretor do ANDES-SN e docente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) por ter denunciado as ações do interventor nomeado por Bolsonaro como reitor da universidade. Há, ainda, outros docentes sendo investigados por supostos crimes contra o interventor. A Comissão Nacional de Enfrentamento à Criminalização e Perseguição Política a Docentes permanece acompanhando e apoiando os casos.

Também houve casos de perseguição pela atuação na greve em outras partes do país. Na Universidade Federal do Espírito Santo, em ação inédita e abusiva, houve a cobrança de multas que somam mais de R\$228 mil à Adufes SSind. por supostos "prejuízos" causados à instituição pelas ações durante a greve. Na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e na Universidade Federal Fluminense (UFF), professores enfrentaram denúncias criminalizando suas atuações durante a greve docente federal.

Somente no caso da professora Gelta Xavier, da UFF, a comissão de sindicância deliberou pelo arquivamento do processo.

Desde o dia 11 de dezembro, o Ministério Público Federal e a Procuradoria Geral da República, por meio de notícias de fato, inquéritos civis e representações motivadas por manifestações contrárias à greve vêm atacando entidades da educação federal – ANDES-SN, Sinasefe e Fasubra – pelas mobilizações grevistas em institutos federais por todo o país.

Universidades Estaduais, Municipais e Distrital: Quem conhece, defende!

Para dar continuidade à nacionalização da luta do Setor das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (Iees, Imes e Ides), o ANDES-SN intensificou em 2024 as ações da campanha "Universidades Estaduais, Municipais e Distrital: quem conhece, defende".

O objetivo foi dar visibilidade às lutas encampadas nas instituições que o Setor representa, explorando os grandes temas que envolvem suas reivindicações: condições dignas de trabalho, orçamento adequado para as universidades, autonomia, democracia interna e respeito aos direitos conquistados. Foram desenvolvidas diversas matérias jornalísticas, vídeos abordando as lutas do Setor, além de outros materiais, como faixas, blocos, bottons, canetas e camisas, cujas artes foram encaminhadas

às seções sindicais para ampla divulgação e distribuição.

Contrarreforma Administrativa

Apesar da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32, com a reforma administrativa do governo Bolsonaro, estar parada no Congresso Nacional, o governo Lula tem avançado no ataque às categorias do serviço público através de atos normativos. Desde o início do ano, o ANDES-SN tem lutado, em conjunto com as demais categorias do Fórum de Entidades Nacionais do Serviço Público Federal (Fonasefe), pelo arquivamento da PEC 32 e contra a reforma administrativa do atual governo.

No primeiro semestre, foram produzidos diversos materiais para denunciar o não arquivamento da PEC 32 e os riscos que a medida apresenta. Também foram divulgados vídeos, cards e matérias jornalísticas abordando os ataques aos direitos de servidoras e servidores, como a Portaria 5127/2024, a Instrução Normativa (IN) 24/2023, entre outras, e que criticaram a criação de um grupo de trabalho no governo para a elaboração de novas medidas que precarizam as condições de trabalho e aprofundam a lógica produtivista no funcionalismo federal.

No âmbito da campanha contra a reforma administrativa, o ANDES-SN também denunciou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que declarou a constitucionalidade do trecho da Reforma Administrativa de 1998 (Emenda Constitucional 19/1998), que suprimiu a obrigatoriedade de regimes jurídicos únicos (RJU) e planos de carreira para servidoras e servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas federais, estaduais e municipais.

Em dezembro, o Sindicato Nacional lançou a segunda etapa da campanha. Com o mote "Se é ruim para o Serviço Público, é péssimo para a população brasileira", a ação tem por objetivo alertar para o desmontem dos serviços públicos e para a reforma administrativa já em curso. Esta fase também contará com vídeos, materiais visuais e conteúdo jornalístico para ampliar o alcance junto à categoria e à população.

Enquete Saúde Docente

Como parte das ações para enfrentar a precarização do trabalho docente e o adoecimento da categoria, o ANDES-SN lançou em agosto deste ano a segunda etapa da Enquete Nacional "Condições de Trabalho e Saúde Docente". A coleta de dados foi prorrogada para 19 de fevereiro de 2025, com a finalidade de ampliar a participação de docentes e, assim, contribuir na compreensão das condições laborais e de saúde da categoria. Para participar da enquete acesse o QR Code ao lado:



2024 foi um ano de muitas lutas nas universidades Estaduais, Municipais e Distrital

Categoria seguiu mobilizada por melhores salários, condições de trabalho, autonomia universitária e garantiu avanços

Manifestações, greves, aulas públicas, audiências e negociações mobilizaram o ano de 2024 no Setor das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (Iees, Imes e Ides). Ao longo de todo o ano, professoras e professores de diferentes instituições foram à luta por recomposição salarial, pela valorização das carreiras, melhores condições de trabalho e pela autonomia universitária. Neste ano, o Setor das Iees, Imes e Ides também foi marcado por deliberações congressuais como a que incluiu no setor, a partir de 2024, docentes da Instituição Distrital de Ensino Superior (Ides). A alteração incorporou a organização e as lutas de professores e professoras da recém-criada Universidade do Distrito Federal (UnDF) e da seção sindical na instituição (SindUnDF SSind.), também homologada durante 42º Congresso do ANDES-SN em Fortaleza.

Lutas nos estados e Distrito Federal

Paraíba

Na Paraíba, desde o início do ano, a Associação de Docentes da Universidade Estadual da Paraíba (Adupeb - Seção Sindical do ANDES-SN), em conjunto com demais categorias que integram o Fórum dos Servidores Estaduais da Paraíba, cobrou do governador João Azevêdo (PSB) uma mesa de negociação



Foto: Adupeb SSind.

para discutir a reposição salarial linear de 22%, para as servidoras e os servidores estaduais, ativos e aposentados, além da instalação de uma mesa de negociação permanente. Azevêdo concedeu apenas 5% de reajuste linear no mês de janeiro.

A categoria docente realizou diversos atos públicos e paralisações ao longo de 2024, com aprovação de estado de greve em junho e indicativo de greve em outubro. As negociações seguiram com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e ainda não foram concluídas.

Piauí

As e os docentes da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) iniciaram 2024 em greve e enfrentaram a criminalização do movimento

por parte do governo do estado. Na tentativa de acabar com o movimento paredista, o governador Rafael Fonteles (PT) adotou medidas repressivas antissindiais, como o corte de salários, mesmo com a greve sendo considerada legal pela Justiça.

Em 5 de março, a categoria encerrou a greve vitoriosa, após Audiência de Conciliação mediada pelo Tribunal de Justiça do estado. A paralisação conquistou ganhos importantes para as e os docentes e para o conjunto da comunidade acadêmica da universidade, como pagamento de 45 dias de férias, auxílio para compra de equipamentos tecnológicos, ampliação de bolsas e auxílio também para estudantes da graduação e da pós-graduação, além do pagamento dos pontos cortados, entre outros.

Ceará

Professoras e professores das universidades Estadual do Ceará (Uece), da Regional do Cariri (Urca) e da Estadual do Vale do Acaraú (UVA), após mais de 70 dias de greve, conquistaram avanços para a carreira. A greve nas três universidades estaduais iniciou em 4 de abril. A Urca suspendeu a paralisação em maio, mas permaneceu no processo de mobilização. Em suas respectivas assembleias, a Uece decidiu encerrar a greve em 18 de junho, enquanto a UVA encerrou no dia 20 de junho.

Um dos avanços do movimento foi a criação de uma mesa específica para discutir a recomposição salarial. Outra conquista foi a incorporação da classe de professor Titular na carreira, sem a necessidade de realização de concurso específico e prova de títulos. Durante a luta, o governo Elmano de Freitas



Foto: SSinduece SSind.



Foto: Aduég SSind.

(PT) também adotou práticas antissindiais e pediu a suspensão da greve na Justiça, que estabeleceu cobrança de multas às seções sindicais e processou dirigentes sindicais. Além disso, solicitou a ilegalidade da greve da UVA.

Paraná

No Paraná, o Comando Sindical Docente (CSD), com a presença de professoras e professores das sete universidades - Estaduais do Paraná (Unespar), do Centro-Oeste (Unicentro), de Londrina (UEL), do Norte do Paraná (Uenp), do Oeste do Paraná (Unioeste), de Ponta Grossa (UEPG) e de Maringá (UEM) – atuou pela recomposição salarial, correção das distorções na carreira docente e no enfrentamento à Lei Geral das Universidades (LGU). No dia 12 de abril, ocorreu o III Seminário Estadual Não à LGU, em Cascavel (PR). O evento analisou os efeitos da legislação sobre a autonomia universitária, o trabalho docente e o risco de fechamento de cursos nas universidades estaduais paranaenses.

Uma vitória no estado, foi a decisão judi-

cial favorável à Seção Sindical dos Docentes da UEM (Sesduem – SSind do ANDES-SN), em uma ação movida contra o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino de Maringá (Sinteemar). A sentença, divulgada em 26 de novembro, proibiu o Sinteemar de publicar comunicados, enviar e-mails, convocar assembleias ou ingressar com ações judiciais alegando representar as professoras e os professores da Universidade Estadual de Maringá (UEM), função que já é exercida de forma legítima pelo ANDES-SN.

Tocantins

As e os docentes da Universidade de Gurupi (Unirg), instituição municipal situada em Tocantins, realizaram forte mobilização contra uma proposta que alterava a Lei Orgânica do Município e trazia prejuízos a universidade, afetando a carreira docente, o regime de trabalho e, especialmente, os princípios da autonomia universitária. Na tentativa de cercear o direito à mobilização, a Fundação Universidade de Gurupi (Unirg)

entrou com uma liminar na justiça alegando que a Associação de Professores da Unirg (Apug – SSind) não teria o direito de deflagrar greve e exigiu multa diária caso a greve fosse iniciada. A Justiça do Estado de Tocantins rejeitou a tentativa de cercear e criminalizar o movimento na Unirg.

A categoria também se opôs à emenda à Lei Orgânica 32/2024, aprovada pela Câmara Municipal, obrigava que a eleição para reitor/a fosse realizada por lista tríplice. Caso não houvesse candidatos, a prefeita atual poderia indicar a composição e, posteriormente, escolher quem ocuparia a reitoria da Unirg. A Apug SSind. conseguiu uma liminar da Justiça, que reestabeleceu a lei anterior, a qual determina que a chapa inscrita com o maior número de votos será escolhida como reitora ou reitor, independentemente do número de chapas concorrentes.

Goiás

Docentes da Universidade Estadual de Goiás (UEG) tiveram que suspender, em 6 de março, a greve iniciada cinco dias antes, após liminar do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO). Mesmo sem qualquer desrespeito à legislação de greve, o TJ estipulou multa diária de R\$ 100 mil ao movimento. A Associação de Docentes da UEG (Aduég Seção Sindical) recorreu da liminar.

As professoras e os professores da UEG permaneceram mobilizados por mudança no plano de carreira e pelas promoções, que estavam represadas desde 2018. Em junho, conquistaram, após mais de um ano de luta, o novo Plano de Carreira e Remuneração do cargo de Docente de Ensino Superior. O projeto foi aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). As promoções foram agilizadas e a adequação dos regimes e da jornada de trabalho também foi contemplada.

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, a categoria se mobilizou, em conjunto com demais servidores e servidoras do estado, pelo pagamento da

Eventos do Setor das Iees, Imes e Ides

Diversas atividades nacionais aconteceram em 2024, para fortalecer a luta, debater e organizar, as demandas do Setor e partilhar as experiências de cada seção sindical das Iees, Imes e Ides. A reunião ocorrida em abril na sede da Associação de Docentes da Universidade de Campinas (Adunicamp - Seção Sindical do ANDES-SN), debateu temas importantes para a categoria relacionadas à Campanha Salarial, à Semana de Lutas realizada em maio e ao Encontro Nacional.

Em outubro, XX Encontro Nacional do Setor das Iees/Imes/Ides foi realizado no Rio de Janeiro, com a organização conjunta do ANDES-SN e da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Asduerj-SSind). O tema foi “Autonomia e condições de trabalho nas Universidades Estaduais, Municipais e Distrital”. O evento reuniu mais de 60 participantes, entre representantes de 29 seções sindicais do Setor, diretores e diretoras do Sindicato Nacional e convidados, na Uerj, durante três dias de intensos debates.

recomposição salarial acordada em 2021. Foram diversas manifestações durante o ano para pressionar o governo a cumprir com o acordo. Também houve mobilizações, conjuntamente ao Fórum da Educação, para cobrar mais orçamento, o que garantiu R\$ 150 milhões para Uerj.

Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) também se colocaram ao lado de estudantes na luta contra o Ato Executivo de Decisão Administrativa (Aeda) 038. A medida representou cortes significativos nos auxílios e bolsas para estudantes em vulnerabilidade social e pode comprometer a continuidade dos estudos de uma parcela considerável de estudantes. A reitoria criminalizou a luta estudantil, atacou a seção sindical do ANDES-SN na instituição e permitiu a entrada do Choque da PM na universidade.

Minas Gerais

Em Minas Gerais, as e os docentes da Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) deflagraram greve em 2 de maio por recomposição salarial e orçamentária para a universidade, melhores condições de trabalho, entre outras reivindicações. Após dois meses de paralisação, com a realização de diversos atos públicos, professoras e professores da Uemg decidiram pela suspensão da greve partir do dia 1º de julho, e a manutenção do estado de greve.

O movimento grevista alcançou importantes avanços, entre eles a garantia de que não houvesse corte na ajuda de custo para os docentes em licença de saúde, maternidade e luto, a garantia de que professores 20 horas migrem para 40 horas e pagamento por titulação a docentes contratados. Também foram conquistadas a suplementação orçamentária para a retomada das bolsas de docentes, aprovação na assembleia legislativa (ALMG) do reajuste salarial e da manutenção da ajuda de custo para servidores estaduais. Estes últimos aguardam sanção do governador.

Também se avançou no estabelecimento de um cronograma de novos editais de concursos públicos. Por fim, designou-se a constituição de dois grupos de trabalho para tratar da alteração do regime de trabalho, Dedicção Exclusiva (DE) e gratificações por função.

Pará

Docentes da Universidade Estadual do Pará (Uepa) entraram em greve em 9 de maio, por recomposição salarial, por uma política para docentes de Dedicção Exclusiva (DE), entre outras demandas. Depois de 40 dias de mobilização, a categoria decidiu por suspender a paralisação após conquistar, com luta, a reabertura das negociações com o governo.



Foto: Aduemg SSind.



Foto: Sinduepa SSind.



Foto: Aduneb SSind.

Foi criado um grupo de trabalho para estudar a viabilidade de suplementação orçamentária ainda em 2024, para garantir o reajuste de 7% e analisar as possibilidades de avanço no orçamento para os anos seguintes, a fim de ampliar os recursos totais da universidade e assim garantir, entre outros elementos, a assimetria de vencimento base do docente da Uepa em relação à Secretaria de Educação do estado. Com a política de arrocho salarial dos últimos 6 anos, a remuneração dos docentes da Uepa é inferior à de professores e professoras da educação básica da rede estadual de ensino.

Bahia

O ano também foi de muita luta na Bahia. O Fórum das Associações Docentes (ADs), que reúne as quatro seções sindicais do ANDES-SN - Adusc SSind, Aduneb SSind, Adufs-BA SSind e Adusb SSind -, realizou diversas manifestações para pressionar o governo por negociações. Docentes da Uneb realizaram 20 dias de greve, entre setembro e outubro. A paralisação foi suspensa após a garantia de avanços como o Programa de Auxílio à Itinerância Docente; o comprometimento do governo em implantar as promoções no primeiro semestre de 2025; a mesa de negociação permanente para tratar



Foto: Adcesp SSind.

sobre os demais itens da pauta; o compromisso da criação, por parte do Executivo, de um Projeto de Lei que vise o pagamento dos adicionais de insalubridade.

Em 21 de outubro, as Seções Sindicais assinaram o Termo de Acordo entre o movimento docente e o governo do estado da Bahia, referente ao reajuste salarial da categoria para os anos de 2025 e 2026. O acordo é o resultado da mobilização das professoras e dos professores pela reposição das perdas salariais e garantiu um acumulado em 13,83% em dois anos. Em 5 de dezembro, o governo da Bahia enviou à Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA) o projeto de lei (PL) Nº 25.620/2024 com os percentuais acordados. As tratativas da mesa de negociação permanente seguem sobre demais pautas da categoria.

São Paulo

Em São Paulo, as seções sindicais do ANDES-SN, sindicatos de técnicas e técnicos e representações estudantis das três universidades estaduais de São Paulo, reunidos no Fórum das Seis, realizaram mobilizações durante ano pela recomposição salarial que resultou em um reajuste de 5%. As entidades continuam pressionando o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) para que se avance na recuperação das perdas acumuladas desde 2012 e, também, em defesa do orçamento das universidades estaduais, da Fundação de Apoio à Pesquisa (Fapesp) ameaçados pela política de cortes do governo Tarcísio de Freitas.

A categoria também esteve mobilizada contra a militarização e a privatização da gestão de escolas do estado, bem como contra a proposta de emenda à Constituição de SP, que reduziu o orçamento constitucional da educação pública estadual paulista.

Distrito Federal

Docentes da Universidade do Distrito Federal (UnDF) protagonizaram diversas lutas durante 2024, com manifestações públicas e

audiências na Câmara Legislativa do DF. Após diversas tentativas de diálogo frustradas, a categoria aprovou indicativo de greve em agosto e paralisou as atividades por dois dias, um em agosto outro em setembro. Estudantes realizaram greve estudantil protestando contra o autoritarismo da reitoria e reivindicando assistência estudantil, restaurante universitário, gestão democrática e melhores condições de aprendizado.

Professoras e professores cobraram mudanças no cenário de ameaças à liberdade de cátedra e de ilegalidades cometidas pela administração da UnDF. Muitos dos ataques ferem tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Reivindicaram, ainda, a reestruturação da carreira, a instalação do processo de composição dos Conselhos Superiores da Universidade e nomeação imediata de docentes efetivos do quadro permanente para os cargos diretivos da instituição, entre outras demandas.

Roraima

A comunidade acadêmica da Universidade Estadual de Roraima (UERR) enfrentou, em 2024, graves problemas devido à falta de recursos, precariedade das instalações e a suspensão das aulas no campus de Rorainópolis da instituição. De acordo com

a Seção Sindical dos Docentes da UERR (Sinduer SSind do ANDES-SN) instituição sofre uma crise estrutural e orçamentária. Além disso, professoras e professores denunciaram a cultura de assédio institucional que visa silenciar aquelas e aqueles que expõem irregularidades na UERR. Em novembro, para debater o tema, a seção sindical realizou o seminário “Assédio moral na universidade: escuta e enfrentamento”.

Universidades Estaduais, Municipais e Distrital: Quem conhece, defende!

Lançado no XX Encontro Nacional do Setor das Iees/Imes/Ides, o documentário “Lutas e Organização do ANDES-SN nas Universidades Estaduais, Municipais e Distrital”, produzido pelo ANDES-SN, faz um resgate da história de construção e organização do Setor das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (Iees, Imes e Ides) no ANDES-SN.

O vídeo, que integra a campanha “Universidades Estaduais, Municipais e Distrital: Quem conhece, defende!”, traz depoimentos de professoras e professores e apresenta as reivindicações do Setor, as pautas da categoria docente das Estaduais, Municipais e Distritais, as greves recentes e as conquistas ao longo dos mais de 40 anos do Sindicato Nacional.

Assista ao vídeo:



Mobilizações e greves de docentes federais marcaram 2024

Nos últimos anos, universidades federais, institutos federais e cefets têm sido palco de mobilizações por parte das e dos docentes, que enfrentam uma série de desafios impostos pelos sucessivos governos. Em 2024, esse cenário não foi diferente ao iniciarem o ano com a proposta do Executivo federal, apresentada no final do ano passado, de aumento apenas no auxílio-alimentação, saúde e creche para 2024 e reajuste de 9% nos salários, parcelado em 4,5% para 2025 e 4,5% para 2026.

Unidade

As ações iniciaram em janeiro, com as assembleias de base rejeitando a proposta do governo federal e indicando a construção da unidade com o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), o Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e centrais sindicais. A pauta foi ampliada para incluir demandas como a revogação das Contrarreformas da Previdência, o fim da contribuição previdenciária para aposentadas, aposentados e pensionistas, e a reversão de medidas que dificultam direitos trabalhistas, destacando-se a luta contínua pelo fortalecimento da educação pública.

Manifestações

O mês de fevereiro foi marcado por importantes manifestações. No dia 22, durante o Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Carreira e da Educação Pública, ocorreu a reunião da Mesa Específica Temporária da Carreira, mas o governo federal não apresentou respostas às propostas das entidades sindicais.

No dia 28, o Dia Nacional de Mobilizações e Paralisações dos Servidores Públicos Federais, em defesa do reajuste salarial e



melhores condições de trabalho, foi acompanhado da primeira reunião na Mesa Nacional de Negociação Permanente. Além de manifestações e materiais da campanha salarial de 2024, o ANDES-SN também lançou o programa "Carreira Docente em Movimento", uma série que discutiu temas essenciais sobre a carreira docente.

Entre 26 de fevereiro e 1º de março, docentes de todo o país se reuniram em Fortaleza (CE) para o 42º Congresso do ANDES-SN, onde foi aprovada a construção de uma greve unificada da educação federal, tendo como horizonte uma greve do funcionalismo público federal, em resposta à falta de avanços nas negociações com o governo.

Indicativo de Greve

Em março, as seções sindicais do ANDES-SN realizaram rodadas de assembleias para deliberar sobre a deflagração da greve. Em 22 de março, o Setor das Instituições Federais de Ensino (Ifes) do Sindicato Nacional aprovou o indicativo de greve para 15 de abril, com base nos resultados das assembleias que, em sua maioria, reafirmaram a decisão congressual de construir a paralisação.

Além disso, o mês foi marcado por avanços nas discussões sobre a carreira docente. No dia 15, ocorreu a segunda

reunião técnica entre diretoras e diretores do ANDES-SN, Sinasefe, e representantes dos ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e da Educação (MEC). Durante o encontro, foram debatidas as propostas de reestruturação da carreira do Magistério Federal, apresentadas pelas entidades sindicais no ano anterior.

Greve nas instituições

Em abril, a categoria docente realizou diversas mobilizações para pressionar o governo federal. No Dia Nacional de Mobilização e Paralisação, 3, ocorreram manifestações em frente à sede do MGI, em Brasília, e em diversos estados.

Durante a rodada de negociações no dia 10, após protestos, o governo recuou de uma cláusula apresentada pelo secretário de Relações de Trabalho do MGI, José Lopez Feijóo, que ameaçava negociar apenas com categorias que não estivessem em greve, ou seja, um ataque direto ao direito de greve. No mesmo dia, as e os docentes, em reunião do Setor das Ifes, rejeitaram a proposta do governo federal de 0% de reajuste em 2024 e aprovaram a deflagração da greve a partir do dia 15 e a instalação do Comando Nacional de Greve (CNG). Naquele momento, cerca de 24 instituições públicas federais haviam aderido à greve por tempo indeterminado.



Assista ao programa
"Carreira Docente em Movimento":



No total, o movimento de greve atingiu 64 instituições.

As reivindicações da categoria incluíam o reajuste salarial de 22,71%, dividido em três parcelas iguais de 7,06% nos meses de maio de 2024, 2025 e 2026, as revogações da Instrução Normativa (IN) 66/22, que limita promoções e progressões funcionais de docentes, e da Portaria 983/2020, que aumenta a carga horária docente EBTT, e institui obrigatoriamente o controle de frequência por meio do ponto eletrônico. Além da criação de um step de 5% para progressões na carreira. A pauta incluía também o arquivamento da PEC 32/20 - contrarreforma Administrativa - e o fim do Novo Arcabouço Fiscal.

Das tantas mobilizações e manifestações, no dia 17 de abril, a Marcha a Brasília reuniu cerca de 10 mil servidoras e servidores públicos na Esplanada dos Ministérios. No dia seguinte, o evento Café da Manhã com Lula reuniu centenas de trabalhadoras e trabalhadores contra a proposta de reajuste 0% em 2024 e em defesa da reestruturação das carreiras.

Conflitos e manobras

Em maio, as negociações entre servidoras, servidores e o governo federal foram marcadas por impasses. No dia 13, ANDES-SN, Sinasefe e Fasubra participaram da Mesa Setorial Permanente de Negociação sobre Educação Superior e a Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito do MEC. Paralelamente, realizaram um ato-vigília em frente ao ministério com estudantes.

Já na 5ª rodada da Mesa Específica Temporária, dia 15, o governo manteve a proposta de 0% de reajuste para 2024 e não avançou na reestruturação da carreira. A proposta de reduzir distorções entre as classes iniciais e finais das carreiras, apresentada pelo secretário Feijóo, não atendeu às demandas do ANDES-SN, que criticou o aprofundamento da desestruturação da carreira e reafirmou a defesa da unificação das carreiras do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

Ainda na reunião, o secretário manteve os índices de 9% em 2025 e 3,5% em 2026, afirmando que essa seria a última proposta e que o acordo seria assinado até 27 de maio, mesmo sem consenso, como ocorreu em 2012. Durante a reunião, cerca de 150 docentes, técnicas e técnicos em greve protestaram em frente ao ministério.

De maneira rasteira, no dia 27, o governo assinou um acordo com a Proifes, entidade considerada ilegítima pela base docente, mas, a partir de uma chuva de ações judi-



ciais organizada pelo Comando Nacional de Greve, a Justiça Federal de Sergipe suspendeu o termo dois dias depois. Paralelamente a isso, docentes enviaram cartas a parlamentares pedindo apoio na luta pela reabertura de negociações, receberam o apoio de 40 parlamentares, reafirmaram a continuidade da greve e convocaram a construção do Dia Nacional de Lutas em 3 de junho, para exigir a reabertura das negociações.

Termo de Acordo

Em 3 de junho, o Dia Nacional de Luta da Educação Federal mobilizou a comunidade das universidades, institutos federais e Cefets com atos em todo o país. Uma reunião com o governo, no MGI, terminou sem avanços, e a ocupação de uma sala pelos comandos de greve do ANDES-SN e do Sinasefe garantiu uma nova agenda de negociações.

Sob pressão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez discurso em que atacou o movimento, não se pronunciou sobre o 0% de reajuste para 2024 e, para tentar desmobilizar o movimento paredista, prometeu a liberação de R\$ 5,5 bilhões para o orçamento da Educação Federal até 2026. Apesar disso, docentes intensificaram as mobilizações, participaram de audiências no Congresso Nacional e denunciaram o acordo com a Proifes, exigindo a reabertura das negociações.

Em meio à rejeição à Proifes e ao questionamento judicial, o Ministério do Trabalho e Emprego concedeu registro sindical à Federação, o que gerou críticas e intensificou as mobilizações. No dia 14 de junho, caravanas de docentes viajaram a Brasília para pressionar o governo durante uma reunião com representantes do MGI e do MEC, que, sob o peso da mobilização da categoria, avançaram nas negociações obtendo conquistas que não estavam asseguradas até aquele momento.

Após assembleias de base, as e os docentes decidiram encerrar a greve coletivamente até 3 de julho. Em 27 de junho, foi assinado o Termo de Acordo entre ANDES-SN, Sinasefe, Fasubra e o governo federal, encerrando os mais de 70 dias de greve com conquistas significativas para a Educação Federal.

Mobilização contínua

O 67º Conad, realizado entre 26 e 28 de julho em Belo Horizonte (MG), reuniu docentes para debater e atualizar, entre outros, o Plano de Lutas do Setor das Federais. As discussões destacaram a continuidade das mobilizações para garantir a implementação do acordo de greve, com ênfase na revogação da Portaria 983, na entrada lateral de docente e de outros pontos acordados. O Sindicato Nacional avaliou a greve como histórica ao ampliar a mobilização docente e o número de sindicalizadas e sindicalizados ao ANDES-SN, além de abrir debates sobre salários, carreira, desrespeito às aposentadas e aos aposentados e o orçamento das IFE.

No dia 30 de julho, o ANDES-SN cobrou do governo federal esclarecimentos sobre o cumprimento do acordo assinado em 27 de junho. Em carta aos secretários José Lopes Feijóo (MGI) e Alexandre Fonseca (MEC), o sindicato solicitou uma reunião urgente para discutir temas como reestruturação remuneratória, alteração de classes e steps, revogação de portarias e decretos, e a criação de grupos de trabalho, além da reposição dos calendários acadêmicos pós-greve.

Termo de Acordo 10/2024

• Salários

Salários dos/das professores/as do Magistério Superior e EBTT serão reajustados em duas etapas: 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em abril de 2026.

Docentes com jornadas diferentes da dedicação exclusiva (40h, 20h ou Professores Titulares-Livres) terão ajustes salariais com base em tabela existente, mantendo as proporções previstas.

• Carreira

Alteração de normas sobre cumprimento do tempo de interstício para progressão/promoção, assegurando retroatividade e regras padronizadas nacionais.

Aglutinação das classes iniciais das carreira do Magistério Federal, elevando o salário de entrada na carreira.

Alteração gradual dos percentuais de aumento (*steps*) para progressões e promoções para, em 2026, estabelecerem os índices de 5,0% para os níveis Adjunto 2-4 e Associado 2-4 na carreira de MS e D-III 2- D- III 4 e D-IV 2-D-IV 4 na carreira EBTT; 6,0% para o nível Adjunto 1 (MS) e D-III 1 (EBTT); 22,5% para o nível Associado 1 (MS) e D-IV 1 (EBTT).

Unificação das classes "A" e "B" em uma única classe, com permanência de três anos antes de avançar, a partir de janeiro de 2025. Aumento gradual dos percentuais (*steps*) para algumas classes: em 2025, aumento de 4% para 4,5% nas classes C2 a C4 e D2 a D4, e redução de 25% para 23,5% para D1 e DIV1. Em 2026, aumento para 5% nas classes C2 a C4 e D2 a D4.

• Controle de Frequência

Revisão do Decreto 1.590/1995, permitindo a liberação do ponto eletrônico para docentes do EBTT. O governo iniciará os trâmites para modificar o decreto após a assinatura do acordo.

• Compromissos do Ministério da Educação

Revogação da Portaria MEC 983/2020 e criação de um Grupo de Trabalho (GT) para desenvolver novas regras para atividades docentes do EBTT, com prazo de 60 dias.

Articulação para garantir a concessão de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para inativos e padronização de regras para progressão docente. Recomposição do Conselho Permanente de RSC, incluindo representantes sindicais, em até 30 dias.

• Antecipação de Reajuste e Grupos de Trabalho

O reajuste salarial previsto para maio de 2026 será antecipado para abril de 2026.

Grupos de Trabalho discutirão: reenquadramento de aposentadas e aposentados, entrada lateral (troca de instituição via concurso sem perda de classe e nível) e a revisão das normas sobre insalubridade, incluindo a revogação da Instrução Normativa 15.acordo será transformado em um Projeto de Lei e enviado ao Congresso Nacional para aprovação.

Criação de GTs

Mesmo com a publicação da Portaria 750/24, foi necessário, em 1º de agosto, que representantes do ANDES-SN e do Sinasefe se reunissem com o MEC para cobrar a implementação do acordo firmado em junho. Discutiram a revogação da Portaria 983/20, substituída pela Portaria 750/24, que, embora transitória, manteve problemas anteriores. Na ocasião, o MEC anunciou a criação de um Grupo de Trabalho para desenvolver novas diretrizes para as atividades docentes EBTT, com prazo de 60 dias para

apresentar um relatório.

Nos dias 17 e 18 de agosto, o ANDES-SN realizou a primeira reunião do Setor das Ifes após o Acordo de Greve de junho. A pauta incluiu a implementação dos termos acordados e os cortes orçamentários na Educação de R\$ 1,2 bilhão, que motivaram o sindicato a fazer um levantamento dos impactos da medida e o planejamento de um Dia Nacional de Luta em 5 de setembro.

Ainda em agosto, o MGI publicou a Portaria 5.127/24, estabelecendo critérios para a reestruturação de planos de carreira



no serviço público federal. A medida foi criticada devido à ausência de debate com as entidades sindicais e aos possíveis impactos negativos para servidoras e servidores.

Em 5 de setembro, ANDES-SN, Fasubra e Sinasefe realizaram um ato em frente ao MGI, na Esplanada dos Ministérios, para cobrar o cumprimento do acordo da greve da Educação Federal, o fim do bloqueio orçamentário e a retomada da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNPNP).

No dia 06, o MEC instalou o Grupo de Trabalho (GT) para regular aspectos do trabalho docente EBTT, após a revogação da Portaria 983/20 e a liberação do ponto para a carreira EBTT, conquistas da greve. O ANDES-SN e outras entidades participaram da primeira reunião do GT.

Ainda em setembro, o Sindicato Nacional intensificou, em suas redes sociais, a luta contra a contribuição previdenciária de aposentadas, aposentados e pensionistas, instituída pela contrarreforma Previdenciária de 2003, e contra as mudanças impostas pela reforma de 2019, que, entre outros ataques, prevê contribuições extraordinárias em caso de desequilíbrio atuarial nos regimes próprios de previdência.

No dia 11 de outubro, a segunda reunião do GT sobre assuntos EBTT no MEC definiu a metodologia de trabalho. As entidades, que compõem o GT, apresentaram propostas para regular aspectos do trabalho docente EBTT.

Já o GT no MGI, instituído como parte do Acordo da Greve, realizou apenas uma reunião que estabeleceu as regras de funcionamento e definiu que abordará a Instrução Normativa (IN) 15/2022, que trata dos adicionais de insalubridade e periculosidade, o reenquadramento de aposentados e a "entrada lateral" (possibilidade de troca de instituição via concurso sem perder a classe e o nível). Este grupo foi instalado em 23 de outubro e não avançou depois disso.

Diretrizes

Em 8, 23 e 29 de novembro, ocorreram

novas reuniões do GT que trata da carreira EBTT, com o objetivo de definir novas diretrizes para substituir a Portaria 983/20, revogada no acordo de greve. A principal decisão na reunião foi que a regulação será exclusiva para docentes dos institutos federais e Cefets, não incluindo as escolas de aplicação. O GT se reuniu novamente em 13 de dezembro e definiu um calendário de reuniões nos dias 27 de dezembro, 3, 6, 7 e 10 de janeiro, quando os trabalhos devem ser concluídos.

O Sindicato Nacional também cobrou a reedição do Decreto 1590/95, que trata do controle de frequência, propondo a mudança do termo "magistério superior" para "magistério federal". Isso ampliaria o controle facultativo de presença às e aos docentes EBTT, como já ocorre nas universidades federais. Segundo o governo, a alteração do decreto já estaria na Casa Civil. Ainda em novembro, o Setor das Ifes do ANDES-SN aprovou uma jornada de mobilização, em dezembro, para cobrar do governo o cumprimento do acordo de greve, firmado em junho.

Jornada de mobilização

As e os docentes federais concluíram o ano de 2024 em luta. De 10 a 13 de dezembro, docentes das universidades, institutos federais e Cefets realizaram a jornada de mobilização pelo cumprimento do Acordo de Greve. Embora algumas conquistas já tenham sido implementadas, o governo ainda não enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei com o reajuste salarial acordado, previsto para janeiro de 2025.

As atividades incluíram mobilizações nos dias 10 e 11, participação em atos contra a anistia aos envolvidos na tentativa de golpe, paralisação nacional no dia 12 e acompanhamento da reunião do grupo de trabalho do MEC no dia 13. O objetivo da Jornada é garantir avanços nas negociações nos GTs e cobrar o cumprimento efetivo do acordo.

Na última semana de trabalhos no Congresso Nacional, entre 17 e 20 de dezembro, diretores e diretoras do ANDES-SN participaram de mobilizações do Fonasefe na Câmara e Senado para pressionar pela aprovação das emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual, encaminhadas pelo governo federal, para garantir o cumprimento dos reajustes previstos nos acordos firmados com as categorias do funcionalismo federal. No entanto, a irresponsabilidade e morosidade do governo Lula-Alckmin e as manobras do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP/AL), fizeram com que as trabalhadoras e os trabalhadores do serviço público federal terminem o ano de 2024 com incerteza sobre se, as 45 categorias de servidores – incluindo docentes, receberão o reajuste acordado com governo.



Eventos do ANDES-SN fortaleceram resistência e organização docente em 2024



O s congressos e seminários do ANDES-SN, neste ano, reafirmaram o protagonismo do sindicato na organização das lutas do movimento docente. Destaque para o 42º Congresso, realizado em fevereiro, em Fortaleza (CE), que definiu diretrizes para a atuação sindical em temas como educação pública e contrarreformas, e para o 67º Conad, em julho, em Belo Horizonte (MG), focado no fortalecimento do sindicato e na defesa do orçamento público e do meio ambiente. Os espaços deliberativos do Sindicato Nacional aprovaram os eventos realizados ao longo de 2024 e reafirmaram o papel estratégico da entidade na luta por uma educação pública e gratuita, liberdades democráticas, direitos sociais, igualdade social e direitos humanos.

15º Conad Extraordinário

O 15º Conad Extraordinário do ANDES-SN foi realizado em Brasília (DF), de 11 a 13 de outubro, com a temática central "Movimento Docente e Carreira: uma luta histórica do ANDES-SN". O evento foi marcado por deliberações importantes sobre a luta por uma carreira docente única e estruturada, consolidando mais de 40 anos de história e lutas do sindicato. Durante as plenárias, destacou-se a defesa da carreira única, integrando docentes das universidades federais, es-

taduais, municipais e distrital, institutos federais, cefets e a definição de diretrizes que visam a valorização do trabalho docente e a qualidade da educação.

Entre os avanços aprovados, está a adoção do Piso Salarial Profissional Nacional do Magistério como referência, garantindo a unidade com outros profissionais da educação pública. Foi estabelecido um percurso de carreira de 18 a 20 anos até o topo, sem avaliações produtivistas, além de incorporar

questões de gênero, sexualidade, raça e anticapacitismo como elementos essenciais.

As e os docentes também reafirmaram a importância do regime de 40 horas com dedicação exclusiva, reforçando o compromisso com uma educação pública de qualidade, orientada para ensino, pesquisa e extensão de forma integrada.

Além da defesa da luta por uma carreira única, foram aprovadas diretrizes que marcam a história do sindicato, como a defesa de uma estrutura com níveis remuneratórios, sem especificação de classes, a linha única salarial, a adoção do piso salarial do Magistério Público da Educação Básica como o piso gerador para as carreiras de docentes das Ifes, Iees, Imes e Ides.

III Congresso Mundial da Educação

O III Congresso Mundial Contra o Neoliberalismo na Educação, realizado no Rio de Janeiro, de 11 a 17 de novembro, reuniu mais de 900 participantes de diversos países para discutir os ataques do neoliberalismo à educação pública e os desafios enfrentados pelas educadoras e pelos educadores.

Organizado pelo ANDES-SN e outras entidades, o evento abordou a precarização do ensino, a mercantilização da



educação e os impactos de políticas alinhadas ao mercado. O Congresso destacou a luta global contra políticas neoliberais, com especial foco nas consequências dessas medidas para as universidades públicas no Brasil e na América Latina.

A precarização do trabalho docente, os cortes orçamentários, a implementação do Novo Ensino Médio e a exclusão de milhões de jovens do sistema educacional foram temas centrais, assim como a resistência manifesta em lutas e greves em várias instituições de educação pública. A situação em outros países da América Latina, como Colômbia, Chile, Argentina e Porto Rico também foi abordada, com relatos de fechamento de escolas, perseguições políticas e crises educacionais agravadas por políticas neoliberais.

O evento também conectou a luta pela educação aos direitos humanos, com discussões sobre a violência na Palestina e a repressão na Venezuela, além dos ataques ao setor público na Europa. As falas reforçaram a necessidade de solidariedade internacional e de um projeto pedagógico público, democrático e popular, que combata as formas modernas de expropriação, como a uberização do trabalho docente.

Ao final, o Congresso reafirmou o compromisso internacionalista da resistência contra o neoliberalismo, enfatizando a importância da articulação entre sindicatos, movimentos estudantis e sociais. O evento também anunciou a organização

de uma conferência internacional em 2025, que dará continuidade à luta pela educação pública e gratuita.

Seminário e Curso Nacional de Formação Sindical “60 anos do Golpe de 1964”

Mais de 150 pessoas participaram do Seminário Nacional e do Curso Nacional de Formação Sindical “60 anos do Golpe de 1964 - Memória, Verdade, Justiça e Reparação”, realizado em Porto Alegre (RS), entre 21 e 23 de novembro, que tratou das consequências da ditadura empresarial-militar no Brasil e no Cone Sul.

Os debates ressaltaram o impacto do golpe de 1964, que instaurou um regime marcado por retirada de direitos, repressão, desaparecimentos e violações de direitos humanos. Foram discutidas estratégias para reverter as homenagens a ditadores em instituições de ensino e ações para criar memoriais às vítimas e ampliar as comissões da verdade nas universidades.

A articulação entre burguesia nacio-

nal e capital internacional foi apontada como um dos motores do golpe, que aprofundou as desigualdades e reprimiu movimentos sociais. Foram denunciadas práticas como grilagem de terras, repressão a movimentos trabalhistas e genocídios indígenas. A luta por reconhecimento das vítimas e responsabilização dos envolvidos foi destacada como essencial para justiça e reparação.

No Cone Sul, depoimentos evidenciaram conexões entre as ditaduras da região e o papel de empresas no financiamento de regimes autoritários. Além disso, questões de raça, gênero e sexualidade foram incluídas nos debates, evidenciando a violência sofrida por grupos marginalizados. O evento também abordou as consequências econômicas e sociais das ditaduras, como a precarização da vida e o encarceramento em

Luta em defesa do povo palestino

Desde 2003, o ANDES-SN apoia a luta palestina, defendendo boicotes a Israel e solidariedade ao povo palestino. Após os ataques do Hamas à Israel em outubro de 2023, mais de 45 mil palestinos e palestinos foram mortos pelas forças armadas israelenses, mais de 105 mil pessoas foram feridas e 11 mil desaparecidas, segundo dados do Ministério da Saúde, atualizados em 1º de dezembro.

O sindicato reafirmou, no 67º Conad, a necessidade de romper relações diplomáticas, comerciais, militares e acadêmicas do Brasil com Israel e denunciar o genocídio palestino na ONU e na Corte Internacional de Justiça, entre outras deliberações. Reuniões realizadas em agosto, na Embaixada da Palestina, e em novembro, com autoridades do Ministério das Relações Exteriores, reforçaram o compromisso com propostas de ações políticas e jurídicas do ANDES-SN, cujas deliberações, aprovadas nos congressos, são voltadas à defesa dos direitos do povo palestino.

Assista ao vídeo:



Leia aqui a carta final do
III Congresso Mundial da Educação:



massa. Uma homenagem realizada ao historiador Enrique Serra Padrós ressaltou a importância da pesquisa e do ativismo na defesa dos direitos humanos.

Encerrado com um ato público na capital gaúcha, o Seminário reforçou o papel da memória e da justiça para compreender o presente e resistir a novas ofensivas autoritárias.

Seminário sobre a COP 30

O Seminário do ANDES-SN sobre a COP 30, realizado de 4 e 6 de setembro em Belém (PA), debateu os impactos do capitalismo no meio ambiente e nas populações vulneráveis, como indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Com o tema “A [re]existência a partir da Amazônia: diálogos, desafios e lutas!”, o evento reuniu mais de 100 participantes, incluindo representantes de movimentos sociais, sindicatos e estudantes, para debater a importância da Amazônia e das populações tradicionais nas discussões climáticas, antecipando a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-30), que ocorrerá na capital paraense em 2025.

O evento discutiu a geopolítica global, os impactos da mineração, transição energética e o papel do movimento sindical na COP 30. Enfatizou ainda as lutas contra projetos de exploração predatória e a necessidade de uma agenda ecológica alternativa



Fotos: Rodrigo Lima

às propostas da COP, ressaltando a necessidade de resistir à exploração predatória ambiental e que priorize uma relação mais equilibrada entre economia, natureza e sociedade.

Jornada para Assuntos de Aposentadoria

A III Jornada para Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN reuniu, entre 7 e 8 de novembro, em Brasília, cerca de 200 servidoras e servidores ativos e aposentados para discutir a luta contra as contrarreformas da

Previdência, destacando os ataques à integralidade, paridade e a cobrança de contribuições das aposentadas e dos aposentados.

O evento abordou os impactos negativos das reformas e os riscos dos fundos de pensão, como o Funpresp, que não garantem segurança às servidoras e aos servidores. A jornada enfatizou a importância da resistência contra as políticas de austeridade e a defesa de uma Previdência pública, universal e justa, sem contribuições adicionais ou privatização dos direitos previdenciários.



Vem aí o 43º Congresso do ANDES-SN

De 27 a 31 de janeiro de 2025, ocorrerá o 43º Congresso do ANDES-SN em Vitória (ES), organizado pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (Adufes - Seção Sindical). Com o tema central “Só o ANDES-SN nos representa: dos locais de trabalho às ruas contra a criminalização das lutas”, o evento reunirá docentes para discutir estratégias de resistência e fortalecer o papel do sindicato na defesa dos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores e na luta contra a criminalização dos movimentos sociais.